



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Antropologia e usos devidos e indevidos do relativismo cultural e da tolerância

Laércio Fidelis Dias

Como citar: DIAS, L. F. Antropologia e usos devidos e indevidos do relativismo cultural e da tolerância. *In*: SALATINI, R.; DIAS, L. F. (org.). **Reflexões Sobre a Paz Vol. II paz e tolerância**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 163-174.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-987-0.p163-174>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

ANTROPOLOGIA E USOS DEVIDOS E INDEVIDOS DO RELATIVISMO CULTURAL E DA TOLERÂNCIA

Laércio Fidelis Dias

INTRODUÇÃO

Quando se fala em antropologia, alguns temas parecem emergir quase que imediatamente: temas como cultura, tolerância, respeito, aceitação e o escopo do exercício da liberdade. São temas que vêm à tona quando pensamos nas relações que as nações e que os povos mantêm entre si no mundo atual em que vivemos. Não afirmo que da perspectiva de outras disciplinas os mesmos temas não sejam abordados ou tomados em consideração. Afirmo, sim, que são questões centrais, incontornáveis e com um viés próprio a partir de uma perspectiva antropológica.

E são questões centrais e incontornáveis porque nas interações entre nações e povos entram em jogo hábitos, costumes, religiões e tradições de diversas matrizes e origens históricas. O que estou querendo dizer é que hábitos, costumes, religiões e tradições medeiam e dinamizam as relações entre os nações e povos.

Tolerância e respeito não são antídotos seguros contra ruídos, tensões e possíveis conflitos que possam emergir nessas interações. Porém, são atitudes que procuram circunscrever e situar divergências, ruídos, tensões

<https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7983-987-0.p163-174>

e mesmos conflitos no âmbito da civilidade. Pode-se discordar, mas estas discordâncias, muitas vezes indigestas, quando se é tolerante e respeitoso, ficam emolduradas dentro de um quadro de civilidade. Com isto quer-se dizer ninguém deve sair por aí aniquilando ou trucidando o outro por causa de divergências no âmbito dos costumes, hábitos e tradições culturais.

O QUE É TOLERÂNCIA, RESPEITO E ACEITAÇÃO?

Tal como propõe a Organização das Nações Unidas (ONU, 1995, p. 11):

A tolerância é o respeito, a aceitação e a apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz.

É uma definição bastante difundida e conhecida com a qual, em larga medida, também concordo. As ressalvas que tenho com tal definição, espero, ficarão claras ao longo da exposição.

Tolerância não foi, entretanto, primeiramente definida pela ONU. No *Tratado acerca da tolerância* (1763) e *Carta sobre a tolerância* (1689), respectivamente, de Voltaire e Locke, são uns dos trabalhos mais conhecidos sobre o tema.

A razão voltairiana, apoiada na douda ignorância socrática, exige uma tolerância recíproca, cujo objetivo essencial é a liberdade. Pressupondo que toda a humanidade é feita de fraquezas e de erros, o dever de cada um consiste, necessariamente, em perdoar os erros dos outros. Verifica-se, então, que essa noção de tolerância aproxima-se, intimamente, com a indulgência, a doçura e a paciência. Tal caráter de condescendência expressava, no entanto, uma certa superioridade que, certa feita, era atribuída à noção de tolerância (COSTA, 1999, p. 4).

A reflexão feita em torno do pensamento de Locke, por seu lado, permite-nos constatar que a tolerância é entendida e defendida como corolário da liberdade da consciência individual e da igualdade de todos, não apenas em matéria religiosa, mas também de costumes e formas de vida. A soberania dos Estados e das Igrejas encontra os seus limites na soberania da consciência individual. A problemática da tolerância é abordada por Locke na dupla perspectiva religiosa e política. Enquanto em termos vulgares a tolerância expressava a atitude benevolente de respeito mútuo, em termos filosóficos e políticos pressupunha uma dominância do poder. É neste contexto, que Locke pede tolerância ao Estado, podendo essa posição manifestar-se por omissão ou por mera indiferença. A sua obra expressa o primado do político sobre o religioso. Fazendo da liberdade a ideia central do seu pensamento, refere, no entanto, a necessidade de controlar o uso abusivo do poder, isto porque os membros do Estado também são homens e devem ser controlados (COSTA, 1999).

De qualquer modo, nem ONU, nem Voltaire, nem Locke são pioneiros na reflexão sobre tolerância. O filósofo Ramon LLull (1232–1316) é precursor da reflexão sobre tolerância. Em sua obra *O Livro do Gentio e dos Três Sábios* (c. 1274–1276), o autor apresenta a tolerância como diálogo, e a define do seguinte modo: 1) Via negativa (privada), entendido como resignação, impassividade diante de pessoas que pensam de modo distinto. Nesse sentido, tolerância aqui assemelha-se à virtude da paciência; 2) via positiva (pública), pela qual tolerância se caracteriza como defesa da coexistência social pacífica de pessoas ou grupos com pensamentos diferentes; 3) via extrema, entendida como defesa da tolerância com o uso de todos os meios possíveis (violência verbal, censura, etc.).

Além de Ramon LLull, e bem antes de Locke e Voltaire, vários os pensadores podem ser apontados como precursores da tolerância como exercício do diálogo; o franciscano William of Ockham (c. 1287–1347), com a obra *Sent.*, III, q. 8, na qual aponta a possibilidade de que a salvação da alma seria possível fora da Igreja Católica; o poeta Giovanni Boccaccio (1313–1375), na obra, *Decamerão*, Conto 28 (*Os Três Anéis*), que também aponta para a possibilidade de salvação de judeus e muçulmanos; Jacob Acontius (c. 1520–1566), jurista, teólogo, filósofo e engenheiro, que em *Stratagemata Satanae*, sugere que a intolerância seria uma armadilha do

diabo; o Jurista e filósofo Jean Bodin (1530–159) que em *Coüoquium heptaplomeres* propõe o retorno a uma religião natural para evitar discussões dogmáticas; Michel Eyquem de Montaigne (1533–1592), filósofo francês que, em *Ensaio* (II, 19), sai em defesa da liberdade consciência; Hugo Grotius (1583–1645), jurista que também sai em defesa da religião natural; o poeta John Milton (1608–1674) que defende a liberdade de imprensa na obra *Areopagitica* (1644); e Baruch Spinoza (1632–1677), filósofo a quem, em *Tractatus theologico-politicus* (1670), a fé não pode ser estabelecida pela violência ou imposição.¹

Respeitar quer dizer deslocar o ponto de vista de si e ver a situação a partir do ponto de vista do outro. A palavra respeito vem do «lat[im] respectus,ūs, “Ação de olhar para trás; consideração, respeito, atenção, conta; asilo, acolhida, refúgio”; f[orma] hist[órica] sXIV respeyto, sXV respeito, sXV rrespecto» (*Dicionário Eletrônico Houaiss*, 2009). Ao crescer a dimensão ética à ação de olhar para trás, considerar, dar atenção, acolher, respeitar adquire um sentido de deslocar a perspectiva de si em direção ao outro, afinal de contas estou diante de um semelhante, de um irmão. É tão mais difícil realizar este deslocamento quanto mais divergentes foram as opiniões e valores. E, conseqüentemente, tão mais fácil quanto mais convergentes forem.

Aceitação quer dizer compartilhar da visão de mundo do outro. Em uma só palavra: concordar. Em larga medida, nestes casos, a aceitação do outro é a aceitação de si mesmo. Quando se aceita a perspectiva do outro não se quer com isto dizer que haja concórdia em 100%. Mas, muito provavelmente existe concórdia num núcleo de questões que são fundamentais ou essenciais. Dando, assim, a impressão de que as visões de mundo são indistintas ou muito próximas disto.

Não é difícil notar que ruídos, tensões e conflitos costumam ser mais comuns nas situações em que as atitudes em relação ao outro sejam marcadas pelo sinal da tolerância. E menos comuns nos casos em que os valores fundamentais são compartilhados. É mais provável que aquele que comigo concorda mantenha relações com menos ruído. Ao passo que

¹ Agradeço ao professor Ricardo da Costa que apresentou este histórico acerca da tolerância durante o *III Encontro de Reflexões sobre a Paz “Paz e Tolerância”* (<http://www.marilia.unesp.br/#!/noticia/1830/encontro-de-reflexoes-sobre-a-paz-sera-em-abril/>) com a palestra “Ramon Llull (1232-1316) foi o filósofo da tolerância na Idade Média?”.

aquele que não concorda pavimenta um campo mais fértil para a emergência de tensões.

A questão-chave que permeia a tolerância, respeito e aceitação é a cultura. De todo modo, ao mesmo tempo em que a noção de cultura é fundamental para a grande maioria das escolas e tradições antropológicas, é, também, objeto de divergências acaloradas, uma vez que, ao longo da história da disciplina, o conceito recebeu um sem-número de definições. Além do que, a cultura como ferramenta analítica é também apropriada por outras disciplinas: história; sociologia; política; psicologia; economia; etc. E cada uma destas disciplinas maneja a noção de cultura com nuances próprias.

Isto posto, quaisquer que sejam as definições propostas para o conceito de cultura, elas estão sempre sujeitas a críticas e objeções. Mas a esta altura do campeonato, quero dizer, da palestra eu já me comprometi o suficiente e não tenho como tergiversar e não propor uma definição de cultura. Afinal de contas não é está uma questão-chave que permeia a tolerância, respeito e aceitação? De todo modo, qualquer que seja a objeção, tenho grandes reticências de que se consiga demonstrar que cultura não é, ao menos, o que se propõe a seguir:

O QUE É CULTURA?

Cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimento e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo interdependente da questão biológica (TYLOR, 1871).

É uma definição enxuta. São três frases. Destas três frases que definem cultura, segundo Tylor (1871), pode-se apreender:

1. Que cultura tem uma primeira acepção que inclui aspectos materiais e imateriais. Ou seja: ideias, valores, e, objetos cultura material, entre os quais estão incluídos tanto o microfone e computador que utilizamos aqui agora, como o carro, avião, instrumentos de pedra lascada, lança, arco-e-flecha e assim por diante;

2. O segundo aspecto desta definição de cultura diz respeito ao seu sentido social. E sentido social aqui não tem o significado hodierno de engenharia, crítica e transformação sociais. Mas, com a expressão quer-se enfatizar o aspecto da cultura como conhecimento, fruto da conjugação de esforços de várias pessoas, de diferentes lugares e épocas, que é apropriado por essas mesmas pessoas, transmitida a gerações futuras, na construção e realização de suas vidas.
3. Em terceiro, a interdependência da cultura e biologia. A cultura não nasce da biologia, mas dela não pode prescindir. Por exemplo, eu não teria como estar aqui falando e expressando o que penso se não tivesse um aparato cerebral e aparelho fonador que me permitem emitir o som característico da voz humana e operar os fundamentos gramaticais da língua portuguesa. A língua que falo, o seu acento característico, revela onde nasci e me criei, portanto são aspectos contingenciais de minha fala, mas o aparato cerebral e aparelho fonador, aos quais me referira, são condições necessárias da fala humana.

Creio que, em síntese, poder-se-ia dizer que cultura são todos os objetos de cultura material, modos de agir, pensar e sentir e apreendidos e transmitidos a partir do convívio social. Como alertei, anteriormente, há uma série de divergências acerca do que vem a ser cultura. Propus, até aqui, uma definição bastante ampla e geral que, como penso, poucos dirão: cultura não tem absolutamente a ver com isto.

Como tolerar, como respeitar, como aceitar? Em que medida é possível ser livre?

Creio que a problemática que está por trás destas perguntas aqui apontadas poderia ser sintetizada na seguinte indagação: se somos de uma espécie, por que organizamos nossas vidas de modos tão distintos? Notem, estamos aqui diante da clássica tensão entre o universal e o particular. Onde está o “nós” em meio à diferença. O que nos une dissipa nossas diferenças?

Os índios também se indagavam sobre essas questões. Vejam o que escreve Lévi-Strauss (1961, p. 33) a seguir:

Ocorrem curiosas situações onde dois interlocutores dão-se cruelmente a réplica. Nas Grandes Antilhas, alguns anos após a descoberta da América, enquanto os espanhóis enviavam comissões de inquérito para pesquisar se os indígenas possuíam ou não uma alma, estes empenhavam-se em imergir brancos prisioneiros afim de verificar, por uma observação demorada, se seus cadáveres eram ou não sujeitos à putrefação.

A problemática da diversidade ou variabilidade comporta pelo menos duas questões cruciais (que como não poderia deixar de ser dinamizam a tensão entre o particular e o universal): 1) estranhamento; 2) como se portar diante da diferença?

ESTRANHAMENTO

A relação próxima com sociedades socioculturalmente tão distantes provoca em nós um estranhamento: “[...] perplexidade provocada pelo encontro das culturas que são para nós as mais distantes, e cujo encontro vai levar a uma modificação do olhar que se tinha sobre si mesmo.” (LAPLANTINE, 2003, p. 12).

Por que o estranhamento teria tal poder? Porque nos faz perceber que aquilo que nos era natural em nós mesmos, de fato é cultural.

Como resolver (no sentido de explicá-la, não de eliminá-la) a tensão entre o universal (natural) e particular (cultural)?

Se definirmos o que natural significa aqui como algo inato, ou seja: uma predisposição para um determinado agir, pensar ou sentir, predisposição esta, dada pela natureza, e, o que cultural como a forma da predisposição natural adquirida pelo convívio sociocultural, creio que se consiga equacionar satisfatoriamente a tensão entre o natural e cultural.

COMO SE PORTAR DIANTE DA DIFERENÇA?

Três atitudes são possíveis: Tolerar, respeitar e aceitar. Aceitar quer dizer compartilhar da visão de mundo do outro. Respeitar também quer dizer compartilhar da visão de mundo do outro. Porém, se preciso respeitar, quer dizer que esse compartilhar exige algum esforço, alguma afirmação. Tolerar, por sua vez, significa permitir que o outro seja como ele quer ser, embora não haja um compartilhar de visão de mundo e, neste sentido, tolerar exige esforço.

Classicamente a antropologia tem proposto como medida para definir o escopo da liberdade o ato de relativizar. O ato de relativizar seria o caminho, o pano de fundo que permitiria emoldurar as divergên-

cias no âmbito da civilidade, conforme apontei a poucos minutos atrás. Relativizar para tolerar. Relativizar para respeitar. Relativizar, em grau menor, para aceitar.

O que é relativizar, porém? Relativizar implica que se deve analisar um traço cultural no contexto sociocultural ao qual pertence e que é sua fonte de sentido. Numa única expressão: relativizar é sinônimo de contextualizar. E para tanto é preciso deslocar o ponto de vista, ou seja, fazer um esforço para mudar a perspectiva da qual miro o comportamento cultural. É muito fácil falar aqui numa palestra, mas não é tão fácil quanto parece na vida real. No fluxo dos acontecimentos que permeiam a nossa existência, deslocar o ponto de vista a partir do qual estamos acostumados a ver as coisas costuma ser difícil.

Há um problema com essa definição, ou se preferir, ela ao menos não está completa. E assim eu próprio assumo o papel de advogado do diabo de mim mesmo e aponto mais precisamente para o título desta palestra, ou seja, usos devido e indevidos do ato de relativizar, ou, como apontei no título, relativismo moral.

Vejamos. Como todos os seres humanos vivem em contextos culturais sempre o que fizermos terá algum sentido. Assim, tudo poderia ser justificado já que faz sentido num certo contexto cultural. O contexto é capaz de produzir um porquê, um sentido, uma motivação para o que as pessoas fazem. Seria, então, apenas o contexto a fonte de vida (ou seja: sentido) para o que fazem as pessoas?

O primeiro passo para sair deste imbróglio, deste círculo vicioso é tomar o ato de relativizar como um procedimento metodológico. E não tomá-lo como axioma, não tomá-lo por princípio ético de que as práticas culturais são sempre moralmente relativas porque são produtos de contextos particulares.

E por que esta distinção, entre procedimento metodológico e princípio axiológico, que me parece tão crucial, é, também, tão negligenciada?

Creio que porque somos, senão filhos da modernidade, ao menos netos. A modernidade imaginou poder combater com as luzes da razão, do conhecimento e da tolerância, toda a ignorância, pobreza, superstição e desigualdade social. Por isso, Alain Touraine (1992) diz-nos que a ideia

de modernidade substitui, no centro da sociedade, Deus pela ciência, remetendo, na melhor das hipóteses, as crenças religiosas para o interior da vida privada. Não basta que estejam presentes as aplicações tecnológicas da ciência para que se possa falar de sociedade moderna. É necessário também que a atividade intelectual esteja protegida das propagandas políticas ou das crenças religiosas, que a impessoalidade das leis sirva de proteção contra o nepotismo, o clientelismo e a corrupção, que as administrações públicas e privadas não sejam instrumentos de um poder pessoal, que vida pública e privada permaneçam separadas, como devem permanecê-lo também as fortunas privadas e o orçamento do Estado ou das empresas.

Não quero me entendam mal. Não vejo problemas numa sociedade e cultura racionalmente organizadas. O problema aqui é içar a razão ao nível de um fundamento em si. Um princípio auto-evidente e auto-suficiente. O relativismo moral pensado como axioma é uma tolerância hipertrofiada, justamente porque pensada como auto-evidente e auto-suficiente, assim como almejam ser as sociedades e culturas modernas, ao menos no Ocidente.

À GUIA DE CONCLUSÃO: SÓ HÁ TOLERÂNCIA ONDE JAMAIS SE TOLERA O INTOLERÁVEL

Faz parte da essência de toda verdade não tolerar o princípio que a contradiz. A afirmação de uma coisa exclui a negação dessa mesma coisa, assim como a luz exclui as trevas. Onde nada é certo, onde nada é definido, podem-se partilhar os sentimentos, podem variar as opiniões. Compreendo e peço a liberdade de opinião nas coisas duvidosas: “*In dubiis, libertas*” (Na dúvida, a liberdade). Mas logo que a verdade se apresenta com as características que a distinguem, sendo por isso mesmo verdade, ela é positiva, ela é necessária, e, por conseguinte, ela é una e intolerante: “*In necessariis, unitas*” (No necessário, unidade)². Restringir a verdade ao perímetro da tolerância é condená-la ao suicídio. A afirmação se aniquila ao duvidar de si mesma, e ela duvida de si mesma ao admitir com indiferença ser posta ao lado de sua própria negação. Para a verdade, a intolerância é o instinto de conservação, é o exercício legítimo dum direito de propriedade. Quando se possui alguma coisa [verdadeira], é necessário defendê-la, sob pena de logo se ver despojado dela. (PIE, 1841, p. 1).

² As duas expressões latinas “*in dubiis libertas*” e “*in necessariis, unitas*” é uma referência ao conhecido princípio de Santo Agostinho, segundo o qual “*In necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus caritas*, ou seja, nas questões necessárias, unidade; nas questões de livre opinião, liberdade; em todos, caridade.

“L’Église est intolérante dans son principe parce qu’elle croit. Elle est tolérante en pratique parce qu’elle aime. Les ennemis de l’Église sont tolérants dans leur principe parce qu’ils ne croient pas. Ils sont intolérants en pratique parce qu’ils n’aiment pas.” (GARRIGOU-LAGRANGE, 1950, p. 725)³.

Assim, só se tolera o que não é bom circunstancialmente. Seja para evitar um mal maior, seja em ordem a um bem mais valioso. Assim, por exemplo, podemos tolerar os defeitos de um amigo para manter a amizade, do cônjuge para não se desfazer o casamento e os nossos próprios para não enlouquecermos, por excesso de escrúpulos (SILVEIRA, 2018).

Tolerância não é algo que se ostente, pois além de tudo não é sequer princípio moral. Tolerância é claro um ato contextual que visa um bem maior e, neste sentido, aproxima-se do ato de relativizar mencionado anteriormente (SILVEIRA, 2018).

A tolerância será boa apenas quando estiver conformada pela virtude da prudência.

Prudentia é ver a realidade e, com base nela, tomar a decisão certa. Por isso, como repete Tomás, não há virtude moral sem a *prudentia*, e mais: ‘sem a *prudentia*, as demais virtudes, quanto maiores fossem, mais dano causariam’ (in III Sent. d 33, q 2, a 5, sc 3). A *prudentia* é necessariamente corajosa e forte’ (I–II, 65, 1). Sem esse referencial, fundamentados em que tomamos nossas decisões? Quando não há a *simplicitas*, a simplicidade que se volta para a realidade como único ponto decisivo na decisão, ela acaba sendo tomada, como dizíamos, com base em diversos outros fatores: por preconceitos, por interesses interesseiros, por impulso egoísta, pela opinião coletiva, pelo ‘politicamente correto’, por inveja ou por qualquer outro vício [...] (TOMÁS DE AQUINO, 2016, p. 439–440).

Se hoje a palavra prudência tornou-se aquela egoísta cautela da indecisão (em cima do muro), em Tomás de Aquino, ao contrário, *prudentia* expressa exatamente o oposto: é a arte de decidir corretamente com base não em interesses oportunistas, não em sentimentos piegas, tampouco em impulsos, temores, preconceitos, porém, unicamente, com base no

³ “A Igreja é intolérante em seus princípios porque crê. É tolerante com a prática porque ama. Seus inimigos são tolerantes em seus princípios porque não crêem. E são intolérantes com a prática porque não amam.”

real, em virtude do cristalino conhecimento do ser. Conhecimento este significado pelo termo *ratio*, presente na definição própria definição de *prudencia: recta ratio agibilium*, reta razão aplicada ao agir (TOMÁS DE AQUINO, 2016, p. 439).

Em todos os demais casos ela é falha grave ou gravíssima, razão por que tem comumente outros nomes: tolerar o vício é permissividade; tolerar a mentira, cumplicidade; tolerar a maldade, covardia; tolerar o erro, estupidéz; tolerar a tirania, suicídio político; tolerar a louvação da mediocridade, assassinato civilizacional.

O mundo onde se quer enfiar a tolerância goela abaixo como se ela fosse dever moral, ter-se-ia, talvez, um nome apropriado: inferno. Esta é a forma mais terrível de ser intolerante. Onde é proibido proibir impera o mal. A intolerância será boa sempre que representar a adesão a princípios dos quais não se pode abrir mão: a verdade, o bem, a justiça.

REFERÊNCIAS

COSTA, M. G. G. M. *A tolerância como paradigma antropológico*: contributo para a construção de uma filosofia da educação. 1999. Dissertação (Mestrado em Filosofia da Educação) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1999.

GARRIGOU-LAGRANGE, R. *Dieu, son existence et sa nature*. Paris: Edité par Beauchesne, 1950.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.

LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2008.

LLUL, R. *O Livro do Gentio e dos Três Sábios (1274–1276)*. Tradução e notas de Esteve Jaulent. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOCKE, J. *Carta sobre a tolerância*. Lisboa: Edições 70, 1975.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração de Princípios sobre a Tolerância*. 1995. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

PIE, L-E. *A intolerância católica (sermão pregado na Catedral de Chartres em 1841)*. In: MONTFORT Associação Cultural, 1841. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/bra/veritas/religiao/intolerancia/>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

- SILVEIRA, S. *Cosmogonia da desordem*. Rio de Janeiro: Edições C.I., 2018.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Campinas: Ecclesiae, 2016. v. 2–3.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- TYLOR, E. *The primitive culture*. London: Murray, 1871.
- VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.